

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 194Data 22 de fevereiro de 1977 Pg.:*Scherer: defesa dos fracos exclui tensão*Da sucursal de
PORTO ALEGRE

O cardeal Vicente Scherer afirmou ontem em Porto Alegre, que "a Igreja, fiel a si mesma, como no passado, continuará ao lado dos desprotegidos e será porta-voz sincera e insuspeita dos seus anseios e sofrimentos. Mas não aprova a tentativa de criar tensões e conflitos no estilo da luta acirrada de classes da doutrina marxista, na ilusória esperança de que, segundo a filosofia hegeliana, do contraste e do choque, da tese do ataque inclemente e da antítese de reação violenta, se chegue à desejada síntese da justiça, do progresso e da paz". Dom Vicente falou em seu programa radiofônico semanal "A Voz do pastor", sobre as conclusões da Assembléia dos bispos em Itaici, e expressou sua esperança de que o documento aprovado pela CNBB sobre o tema "Exigências cristãs de uma ordem política", "desanuviará a atmosfera em alguns ambientes carregados de suspeitas e de irritação".

"O Cimi vai mudar"

A seguir, alguns trechos do pronunciamento do cardeal:

"Durante a recente 15ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a imprensa do centro do País divulgou numerosos comentários e extenso noticiário sobre os temas desenvolvidos. Não poucas destas informações tinham sua origem na fecunda fantasia de repórteres e nos seus limitados ou inexatos conhecimentos dos problemas e das aspirações da Igreja no País.

O encontro, que reuniu 224 bispos, transcorreu, como os anteriores, que se vieram realizando, em clima de amistosa cordialidade. Em matéria de fé existe perfeita unidade entre os responsáveis pela orientação das consciências na vida cristã e católica. Em assuntos pastorais, sem maiores dificuldades se chega a linhas e diretrizes de ação coordenadas aceitas por apoio geral, de acordo com as enormes diferenças regionais existentes. Na apreciação de situações políticas e sociais, facilmente surgem divergências que me parecem inteiramente normais e inevitáveis. Creio, de minha parte, que nesta área o desejo de união e concórdia em assuntos essenciais recomenda e impõe absoluta isenção de espírito de tal forma que as opiniões próprias e as simpatias pessoais, favoráveis ou contrárias a partidos, a modelos políticos e a sistemas econômicos, se deixem de lado e não influam em decisões e atitudes pastorais, quando tais opções livres e discutíveis não colidem com as normas e as exigências do Evangelho.

ÍNDIOS E MISSÕES

No relacionamento, em numerosas áreas, com a autoridade pública, obtém-se os melhores resultados pelo estudo em comum dos possíveis conflitos (...). Em vez de lutas veladas ou abertas, sempre prejudiciais a ambas as partes, cumpre optar pela busca em conjunto de soluções (...).

Esta consideração prevaleceu no exame dos dois primeiros temas submetidos à consideração da importante Assembléia. Tratou-se em primeiro lugar das regiões missionárias e da pastoral dos índios. A Amazônia legal, sabidamente, abrange em extensão mais da metade do território

rio brasileiro. A sua progressiva ocupação suscita graves encargos e responsabilidades pastorais para o atendimento das densas populações que na imensa região se vão rapidamente localizando. As 42 prelazias estabelecidas na vasta superfície vêem-se incapazes de corresponder às novas situações. Decidiu a Assembléia promover com elas uma colaboração sempre mais intensa e eficiente das demais dioceses brasileiras e das ordens e congregações religiosas em geral.

O Conselho Indigenista Missionário, Cimi, organização criada para auxiliar as prelazias missionárias na execução de suas tarefas, mereceu atenção especial dos bispos reunidos. As atitudes tomadas em entrevistas, publicações e encontros celebrados ultimamente pela entidade não tiveram a aprovação da Assembléia. A sociedade sofrerá alterações nos seus estatutos de tal forma que suas atividades não se afastem das diretrizes do episcopado e no futuro fiquem subordinadas à supervisão da CNBB. Assim também o deseja a quase totalidade dos próprios prelados missionários.

(...) Esta é a teoria de segurança nacional) intimamente ligada à geopolítica, que estuda o planejamento dos países em relação às condições geográficas, históricas, culturais, econômicas e religiosas da realidade e nos espaços de cada nação. O sistema de segurança nacional, que desta ou daquela forma todos os países adotam, originou-se na Europa e se difundiu, em moldes fluidos e variáveis, também nos Estados Unidos e nos países da América Latina. Em nossa Assembléia dois conferencistas nos apresentaram, o primeiro as opiniões do padre Comblin, atualmente no Chile, expressas sobre o assunto em três recentes publicações, e o segundo expositor resumiu um minucioso estudo do conceituado sociólogo uruguai, presidente do departamento de leigos do Celam, Prof. Alberto Methol Ferré, este de França e total oposição às afirmações do primeiro autor citado, que o mestre castelhano contradiz frontalmente.

desejo que o inspirou, de se apresentar uma súmula de princípios que, inspirados no direito natural e no Evangelho, entre nós como em qualquer país, hão de nortear os esforços dos governos e dos povos na busca do bem coletivo, da justiça, da paz interna e da prosperidade.

ORDEM POLÍTICA

Como a relação dos direitos do homem, publicada pela ONU em 1948, em muitos pontos constantemente sofre violações, também os princípios e as normas gerais que condi-

cionalam a tranquilidade e a feliz convivência dos cidadãos na comunidade nacional exigem permanente repressão dos graves abusos e das repetidas transgressões que se verificam. A Igreja, fiel a si mesma, como no passado, continuará ao lado dos desprotegidos e será porta-voz sincera e insuspeita dos seus anseios e sofrimentos. Mas não aprova a tentativa de criar tensões e conflitos no estilo da luta acirrada de classes da doutrina marxista, na ilusória esperança de que, segundo a filosofia hegeliana, do contraste e do choque, da tese do ataque inclemente e da antítese de reação violenta, se chegue à desejada síntese da justiça, do progresso e da paz. Acredito que o documento aprovado sobre "exigências cristãs de uma ordem política" desanuviará a atmosfera em alguns ambientes carregados de suspeitas e de irritação. A justiça e a compreensão fundamentam a alegria e a solidariedade. Facilitam a correção de falhas nas famílias, nas comunidades, no relacionamento de Igreja e Estado.

O "Comunicado Pastoral ao Povo de Deus", publicado em 16 de novembro do ano findo pela Comissão Representativa da CNBB, do qual divergi, esteve presente à Assembléia de Itaici, mas não foi por ela referendado.

Longalista de assuntos pastorais e administrativos ainda ocupou o episcopado reunido no isolamento de Itaici. Entre eles destaco a preocupação por uma pastoral familiar planejada e continuada, em vista dos problemas e males que ameaçam a coesão e a concórdia da instituição nuclear da sociedade. Uma mensagem aprovada aponta algumas medidas fundamentais de solução. O divócio e o aborto tiveram veemente reprovação. A respeito de ministérios auxiliares, o encontro fixou diretrizes para que nos centros populosos e em comunidades menores a colaboração de agentes pastorais sempre mais se amplie e aperfeiçoe, dentro das linhas de ordem geral traçadas pelos documentos pontifícios e das normas anteriores do próprio episcopado. No estudo dos movimentos chamados carismáticos se assinalaram os aspectos positivos e negativos que reclamam sabia e permanente assistência de diretores especializados.

No terreno da liturgia, obteve aprovação o projeto de organizar um diretório de missas com liturgia especial para grupos populares, a fim de facilitar a compreensão e promover a participação do povo de limitada instrução na assistência à celebração da eucaristia. A missa com texto especial para crianças já há mais tempo acha-se em uso. Sempre se entende que permaneça absolutamente sem mudança a parte central, desde a prefação até o final da anáfora ou das preces eucarísticas.

O plenário recebeu a comunicação de que em junho estará concluída a nova sede da CNBB em Brasília. Pretende-se fazer a inauguração em 15 de novembro, na comemoração simultânea do 25º aniversário de fundação da entidade. A Assembléia ainda procedeu à eleição dos quatro delegados que representarão o Brasil no sínodo dos bispos sobre catequesis, em outubro do corrente ano, em Roma (...).

No meio das dificuldades e inquietações da hora presente, o encontro de Itaici contribuirá, assim se espera, para uma visão sempre mais nítida dos caminhos de colaboração e de concórdia a seguir em benefício do povo ao serviço do qual, em áreas diferentes e com atribuições definidas, o Estado e a Igreja estão colocados".

'Agir contra abusos'

"No decorso da Assembléia um jornal de São Paulo conseguiu, de forma desconhecida, e publicou um documento que se achava confiado ao estudo do episcopado. O texto, como o jornal o divulgou, não teve origem em Itaici. Tinha o caráter de um instrumento de trabalho sobre o qual a Assembléia recebeu o convite de se pronunciar, o que fez com numerosas críticas e modificações. A redação final recebeu 992 emendas, das quais 417 acabaram incluídas no documento definitivo. Parece-me que ele corresponde ao